

# Infrastructure development policies for basic sanitation in Brazil: obstacles to the execution of goals and limitation of access to public goods

---

 [rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/fernandes2022](https://rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/fernandes2022)

**RDai** | *Journal  
Public Law and  
Infrastructure*

## Authors

---

- Ana Paula Sousa Fernandes Universidade de Brasília (Brasília, Distrito Federal, Brasil)
- Lígia Maria Silva Melo de Casimiro Universidade Federal do Ceará (Fortaleza, Ceará, Brasil)

## DOI:

---

<https://doi.org/10.48143/rdai.21.fernandes>

## Keywords:

---

public basic sanitation service, universal access to water, regulation of the basic sanitation service, urban policy for sustainable development, legal certainty of infrastructure works contracts

## Abstract

---

Access to drinking water and the services that surround it must be guaranteed as a public good of essentiality linked to the maintenance of life. The relevance of the theme lies in the fact that if dialogic policies are not adopted regarding the use of this natural resource, it is the human condition itself that will be threatened with extinction. Thus, it seeks to demonstrate the role of basic sanitation in the protection of water resources, in particular, with regard to the quantity and quality of water, and the need for its expansion (universalization) through a regionalized provision and a efficient regulation of the sector. The State needs private investments to guarantee the implementation of new infrastructure works to grant the right of access to basic sanitation to thousands of Brazilians who still do not have this public service. Therefore, it is necessary to give greater legal certainty to such administrative contracts so that the number of private investors interested in competing in this market with state-owned companies is increased and to guarantee innovative solutions for an effective universalization of this public service.

Received: July 7<sup>th</sup>, 2021 | Approved: Dec. 14<sup>th</sup>, 2021

## Author Biographies

---

### **Ana Paula Sousa Fernandes, Universidade de Brasília (Brasília, Distrito Federal, Brasil)**

---


Promotora de Justiça do Estado de Goiás e Pesquisadora do Grupo Nacional de Estudos de Direito do Saneamento Básico - GESANE/UnB - Universidade de Brasília.

 [0000-0001-7670-9006](https://orcid.org/0000-0001-7670-9006) | [anapaula.sousa@mpgo.mp.br](mailto:anapaula.sousa@mpgo.mp.br)

### **Lígia Maria Silva Melo de Casimiro, Universidade Federal do Ceará (Fortaleza, Ceará, Brasil)**

---

Professora do Departamento de Direito Público e da Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Designer da Universidade Federal do Ceará (Fortaleza, Ceará, Brasil). Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR. Mestra em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP. Diretora do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA. Coordenadora Regional do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU.

 [0000-0001-7987-4381](https://orcid.org/0000-0001-7987-4381) | [ligiamcas@ufc.br](mailto:ligiamcas@ufc.br)

## References

---

ABAR. Pesquisa interna da ABAR sobre as Normas de Referência. Associação Brasileira das Agências de Regulação. Brasília, 2020.

ALMEIDA, Fernando Menezes; MOURÃO, Carolina Mota. Saneamento e Inovação: Reflexões por Ocasão da Edição da Lei n. 14.026/20. In: PEREZ, Marcos Augusto, SOUZA, Rodrigo Pagani de, TOJAL, Sebastião Botto de Barros, CUNHA FILHO (Coords.). Desafios da Nova Regulação do Saneamento no Brasil. Parte 1. Federalismo. São Paulo: Quartier Latin, 2021.

ANA. Conjuntura dos Recursos Hídricos do Brasil – Encarte Especial sobre Crise Hídrica. Brasília, 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF), ADI 1842 e ADI 6492. Rel. Min. Luiz Fux.

CASIMIRO, Lígia Maria Silva Melo de. MAIA, Isabelly Cysne Augusto. Reflexões sobre a articulação das agências reguladoras com os órgãos de defesa do consumidor e do meio ambiente (artigos 31 a 33 da Lei n. 13.848/2019). In SCHIER, Adriana; Fortini, Cristiana; MELO, Lígia; VALLE, Vanice (Coords.). Marco Legal das agências reguladoras na visão delas. Belo Horizonte: Fórum, 2021.

GRAZIERA, Maria Luiza Machado; JEREZ Daniela Malheiros. O papel do Saneamento Básico na Proteção dos Recursos Hídricos. In: GRAZIERA, Maria Luiza Machado; OLIVEIRA, Carlos Roberto de (Coords.). Novo Marco do Saneamento Básico no Brasil. Indaiatuba, São Paulo: Editora Foco, 2021.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional de Saneamento Básico: Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (PNSB/2017). Rio de Janeiro. Brasil.

INSTITUTO Trata Brasil. (2021). Ranking do Saneamento Básico. Fortaleza. Brasil. Disponível em: <https://www.tratabrasil.org.br/estudos/estudos-itb/ranking-do-saneamento>

MACHADO, Antônio Pedro. O Spending Power da União e sua Utilização Legítima: uma Análise da Política Pública Nacional de Saneamento Básico e da Jurisprudência da Suprema Corte Americana. In: PEREZ, Marcos Augusto, SOUZA, Rodrigo Pagani de, TOJAL, Sebastião Botto de Barros, CUNHA FILHO (Coords.). Desafios da Nova Regulação do Saneamento no Brasil. Parte 1. Federalismo. São Paulo: Quartier Latin, 2021.

MARRARA, Thiago. “Mosaico Regulatório”: As Normas de Referência da ANA para a Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico à Luz da Lei n. 14.026/2020. In: GRAZIERA, Maria Luiza Machado; OLIVEIRA, Carlos Roberto de (Coords.). Novo Marco do Saneamento Básico no Brasil. Indaiatuba, São Paulo: Editora Foco, 2021.

MARRARA, Thiago. Tarifa mínima para manutenção de serviços públicos de fornecimento de água e de coleta de esgoto. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura - RDAI, São Paulo, v. 3, n. 11, p. 223–254, 2019. DOI: 10.48143/rdai/11.marrara.

BARBOSA, Allan Fueiza; MARRARA, Thiago. As funções do regulador de saneamento básico no Brasil. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, Curitiba, v. 10, n. 3, p. 127-147, dez. 2019. ISSN 2179-8214. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/direitoeconomico/article/view/25359>>. Acesso em: 01 nov. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.7213/rev.dir.econ.soc.v10i3.25359>.

MARQUES, Rui Cunha. Regulação do Serviço de Saneamento Básico. In: GRAZIERA, Maria Luiza Machado; OLIVEIRA, Carlos Roberto de (Coords.). Novo Marco do Saneamento Básico no Brasil. Indaiatuba, São Paulo: Foco, 2021.

NÓBREGA, Marcos. Direito e Economia da Infraestrutura. 1a.Reimpressão. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

NOHARA, Irene Patrícia. Reforma Administrativa e burocracia: impacto da eficiência na configuração do Direito Administrativo brasileiro. São Paulo: Atlas, 2012.

OCDE. Annual Report on competition policy developments in Brazil. Paris, 2017.

PETHECHUST, Eloi Rodrigues Barreto. CASIMIRO, Ligia Maria Silva Melo de. O direito à cidade: eficiência da política nacional de resíduos sólidos à luz da análise econômica do direito. Revista de Direito da Cidade. v. 08, nº 1. p.294-307. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/19807/15658>. Acesso em 10 de nov 2021.

PEREIRA, C. Normas de referência da ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico) e conflitos regulatórios. Informativo Justen, Pereira, Oliveira e Talamini, Curitiba, nº 175, set. 2021. Disponível em: < <https://justen.com.br/pdfs/IE175/Cesar-NormasANA.pdf> >. Acesso em 09/10/2021.

SÁNCHEZ BRAVO, Álvaro A.. Hacia un reconocimiento del agua como derecho humano universal. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, Curitiba, v. 8, n. 3, p. 220-238, dez. 2017. ISSN 2179-8214. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/direitoeconomico/article/view/21365>>. Acesso em: 01 nov. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.7213/rev.dir.econ.soc.v8i3.21365>.

RIBEIRO, Wladimir Antônio. ANA recebe sugestões para Norma de Referência sobre Metas de Universalização. In: Migalhas. Publicado em 05/10/2021. <https://www.migalhas.com.br/depeso/352696/ana-recebe-sugestoes-para-norma-de-referencia>. Acesso em 12/10/2021.

SAVIOLI, Anna Beatriz. A Competência Normativa e o Papel Uniformizados da Agência Nacional de Águas e Saneamento – ANA no Setor de Saneamento Básico. In: PEREZ, Marcos Augusto, SOUZA, Rodrigo Pagani de, TOJAL, Sebastião Botto de Barros, CU-NHA FILHO (Coords.). Desafios da Nova Regulação do Saneamento no Brasil. São Paulo: Quartier Latin, 2021.

SISTEMA Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Relatório de diagnóstico – Ano 2019. Brasília. Brasil. Disponível em: <https://www.snis.gov.br>.

STIGLER, George J. The Theory of Economic Regulation. The Bell Journal of Economics and Management Science. Vol 2. No. 01. (Spring, 1971). Published By: RAND Corporation.

SUNSTEIN, C. R. The Cost-Benefit State. In: Theory and Application, Sage Publication, 2003.

TIROLE. Jean. Economia do Bem Comum. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020.

VERNAGLIA, Teresa. A inovação contra a crise hídrica. Jornal O Globo. Publicado em 06/10/2021. <https://aesbe.org.br/inovacao-contr-a-cri-se-hidrica/>. Acesso em 12/10/2021.

ZOCKUN Maurício. As competências normativas da Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico (ANA) em razão do advento da Lei federal n. 14.026, de 2020, modificativa do “marco legal” do saneamento. In: DAL POZZO, Augusto Neves (Coord.). Lei Federal n. 14.026/2020. O Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

## Downloads

---

[Artigo PDF \(Português \(Brasil\)\)](#)

## Published

---

## How to Cite

---

FERNANDES, A. P. S.; CASIMIRO, L. M. S. M. de. Infrastructure development policies for basic sanitation in Brazil: obstacles to the execution of goals and limitation of access to public goods: Políticas de desenvolvimento da infraestrutura para o saneamento básico no Brasil: empecilhos à execução das metas e limitação do acesso ao bem público. **Journal of Public Law and Infrastructure** | RDAI, São Paulo: Thomson Reuters | Livraria RT, v. 6, n. 21, p. 25–49, 2022. DOI: 10.48143/rdai.21.fernandes. Disponível em: <https://rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/fernandes2022>. Acesso em: 27 jun. 2022.

## Issue

---

Vol. 6 No. 21 (2022)

## Section

---

Infrastructure activity | Atividade de Infraestrututra

## License

---



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

This journal is licensed by [\(CC BY-NC-ND\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

Submission and publication of articles are free; peer-reviewed; the journal uses CrossCheck (anti-plagiarism); and complies with the COPE Editors' Guide; Committee on Publication Ethics, in addition to the Elsevier and SciELO recommendations.

[Check the Rules for the submission and evaluation of the RDAI.](#)